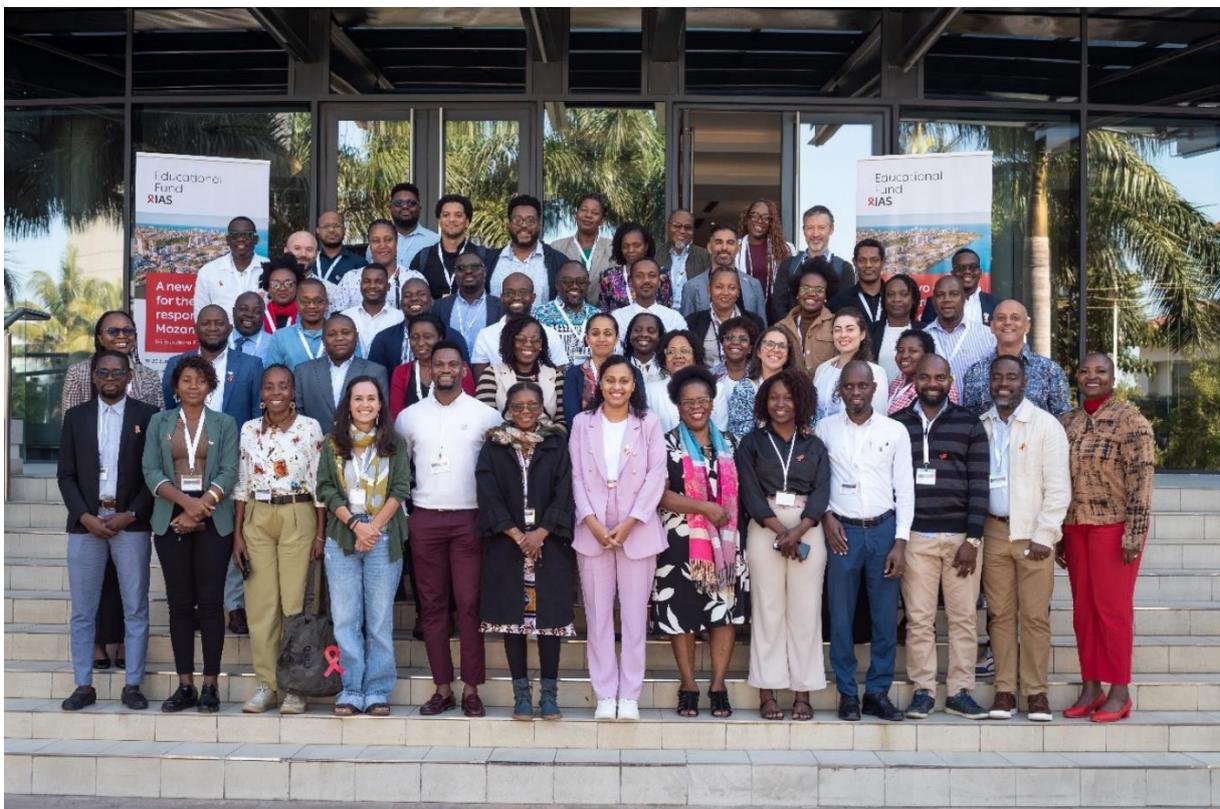


REUNIÃO DO IAS EDUCATIONAL FUND EM PARCERIA COM CSM

**Um Novo Cenário para a Resposta ao HIV em
Moçambique**

Relatório do simpósio e do workshop

Maputo, Moçambique | 19-20 de Junho de 2025



Participantes do workshop, Maputo, Moçambique, 20 de junho de 2025

Este relatório foi elaborado em colaboração com o Comité para a Saúde de Moçambique (CSM). Os pontos de vista expressos no relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista da IAS - International AIDS Society.¹

Introdução

Nos dias 19 e 20 de Junho de 2025, [o IAS Educational Fund](#), em parceria com o [Comité para a Saúde de Moçambique \(CSM\)](#) e em colaboração com o Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS), organizou um simpósio científico e oficina de trabalho em Maputo, sob o tema: "Um Novo Cenário para a Resposta ao HIV em Moçambique".

O evento teve como objectivo reduzir a lacuna entre ciência, políticas públicas e implementação no contexto de um ambiente de financiamento em mudança. Reuniu mais de 176 participantes, incluindo decisores políticos de alto nível do Ministério da Saúde, investigadores, profissionais de saúde, organizações comunitárias e parceiros internacionais como o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros implementadores.

Objectivos do Encontro

- Compartilhar actualizações científicas e boas práticas de conferências internacionais recentes sobre HIV.
- Explorar estratégias sustentáveis para a resposta ao HIV em Moçambique diante da redução de apoio de doadores.
- Priorizar populações-chave – especialmente raparigas adolescentes e mulheres jovens.
- Promover a integração dos serviços de HIV com os cuidados para doenças não transmissíveis (DNT).
- Desenvolver recomendações políticas concretas e baseadas em evidências, por meio de um diálogo multissetorial.

O primeiro dia foi estruturado em torno de apresentações técnicas e mesas redondas. O segundo dia incluiu oficinas de trabalho em grupo que geraram planos de ação de curto e médio prazo (1–3 anos) para o desenvolvimento e implementação de programas e políticas nas quatro áreas temáticas.

Sumário das Mesas Redondas

1. A Resposta ao HIV em Moçambique num Novo Cenário de Financiamento

Visão Geral:

Em 2023, Moçambique tinha um número estimado de 2,4 milhões de pessoas vivendo com o HIV, o que o posiciona como o terceiro país com a maior carga da doença a nível global. Anualmente, são realizados mais de 11 milhões de testes de HIV, com aproximadamente 81.000 novas infecções por ano. No entanto, apenas 5% da resposta nacional ao HIV é financiada com recursos internos, sendo a maior parte sustentada por doadores internacionais, principalmente

pelo PEPFAR (67%) e pelo Fundo Global (27%) . Com a redução do financiamento internacional para o HIV, Moçambique enfrenta o desafio de sustentar e ampliar sua resposta, especialmente com a chegada de novas e promissoras ferramentas biomédicas de prevenção, como a profilaxia pré-exposição (PrEP) injectável de longa duração.

Principais Desafios:

- Forte dependência de fontes de financiamento externas.
- Queda nos investimentos em ações de prevenção do HIV.
- Qualidade limitada dos dados programáticos e mecanismos insuficientes de responsabilização.
- Barreiras estruturais e sociais ao acesso, incluindo estigma e discriminação.
- Interrupções nos serviços devido a desafios administrativos, como ordens de suspensão de trabalho.

Oportunidades e Recomendações:

- Reforçar a liderança governamental e a advocacia ao mais alto nível.
- Integrar os programas de HIV nas iniciativas mais amplas de doenças não transmissíveis (DNTs) para promover a sustentabilidade.
- Acelerar a adoção e expansão de ferramentas inovadoras, como a PrEP de longa duração (por exemplo, lenacapavir).
- Desenvolver e implementar novos mecanismos de financiamento doméstico e misto.
- Promover o engajamento multissetorial e expandir o monitoramento liderado pela comunidade.

2. Garantir a Sustentabilidade da Resposta ao HIV em Moçambique

Visão Geral:

Moçambique tem contado com programas verticalizados de HIV apoiados por doadores. O governo demonstrou compromisso político por meio do desenvolvimento de um roteiro de sustentabilidade; no entanto, continua a enfrentar desafios significativos na implementação e na garantia de financiamento doméstico suficiente.

Principais Desafios:

- Dependência de modelos verticalizados e onerosos de prestação de serviços.
- Financiamento doméstico insuficiente e limitada apropriação governamental.
- Mecanismos de responsabilização fragmentados e baixa participação da sociedade civil.

Oportunidades e Recomendações:

- Priorizar as intervenções contra o HIV com base em evidências epidemiológicas e econômicas locais.
- Promover mecanismos de pequenos subsídios para fortalecer ONGs locais e organizações comunitárias.
- Mobilizar a participação do sector privado e incentivar a inovação na prestação de serviços e no financiamento.

- Ampliar os modelos de prestação de serviços baseados na comunidade e fortalecer os sistemas de dados.
- Investir na liderança feminina e no empoderamento econômico das mulheres, reconhecendo a feminização do HIV e da pobreza em Moçambique.
- Optimizar o uso dos recursos existentes do sistema de saúde para garantir eficiência a longo prazo.

3. Alcançar Raparigas Adolescentes e Mulheres Jovens

Visão Geral:

Mulheres jovens de 15 a 24 anos representam cerca de um terço das novas infeções por HIV em Moçambique. Apesar de existirem intervenções baseadas em escolas e grupos de pares, bem como iniciativas para incluir saúde sexual e reprodutiva (SSR) nos currículos, estas populações continuam altamente vulneráveis, tanto na aquisição do HIV quanto na transmissão vertical durante gravidezes na adolescência.

Principais Desafios:

- Colaboração limitada entre os sectores da saúde, educação e género.
- Serviços pouco amigáveis para jovens e formação técnica insuficiente para professores.
- Vulnerabilidades de género, estigma e ausência de apoio psicológico nas escolas.

Oportunidades e Recomendações:

- Expandir os serviços amigos dos adolescentes (SAAJ) a nível nacional.
- Incluir formação em SSR nos programas de formação de professores e reforçar o aconselhamento escolar com apoio psicológico.
- Usar rádio, redes sociais e plataformas digitais para sensibilização e educação.
- Promover o acesso e a adesão ao uso de opções de PrEP de longa duração adaptadas para mulheres jovens.
- Alinhar as iniciativas de educação em SSR/HIV com os calendários escolares e adaptar as ferramentas de monitoria e avaliação (M&A) para acompanhar indicadores específicos da juventude.
- Promover a igualdade de género e o protagonismo juvenil no desenho e implementação de programas.

4. Integração dos Serviços de HIV e Doenças Não Transmissíveis (DNTs)

Visão Geral:

À medida que Moçambique enfrenta uma crescente carga de doenças não transmissíveis (DNTs) juntamente com a sua epidemia prolongada de HIV, a integração dos serviços tornou-se cada vez mais importante. Embora existam directrizes nacionais preliminares para a integração HIV-DNT e esforços-piloto em curso, a implementação continua a enfrentar múltiplas barreiras sistêmicas.

Principais Desafios:

- Modelos fragmentados de prestação de serviços e sistemas de cadeia de abastecimento.
- Sistemas de informação desconectados e plataformas paralelas de consulta.
- Escassez de recursos humanos e infraestrutura de saúde inadequada.
- Estigma social, serviços de SSR limitados para adolescentes e ferramentas de M&A insuficientes.

Oportunidades e Recomendações:

- Finalizar e adaptar as directrizes nacionais para cuidados integrados de HIV/DNT.
- Harmonizar os sistemas de informação de saúde para monitoria conjunta.
- Capacitar os profissionais de saúde em prestação de cuidados integrados.
- Expandir modelos de prestação de serviços custo-efectivos com base nos resultados dos projectos-piloto.
- Reforçar a advocacia para criação de uma linha orçamental dedicada à integração HIV/DNT.

Conclusão e Próximos Passos

O simpósio e a oficina promoveram um diálogo crítico e geraram recomendações práticas para reforçar a resposta ao HIV em Moçambique. Os participantes destacaram a necessidade de liderança ousada, envolvimento comunitário e uma visão unificada que alinhe o programa de HIV aos objectivos mais amplos do sistema de saúde.

As recomendações do encontro serão consolidadas num documento de políticas para informar o governo e os parceiros na definição de estratégias para os próximos 1 a 3 anos, assegurando a continuidade, equidade e sustentabilidade dos serviços de HIV em Moçambique.

Anexo 1: Recomendações do workshop de 20 de junho de 2025

Questão 1: Que medidas práticas pode Moçambique tomar para diversificar e garantir financiamento a longo prazo para a sua resposta ao HIV, incluindo opções para a mobilização de recursos nacionais, parcerias público-privadas e integração em estratégias mais amplas de financiamento da saúde?

Nº	Recomendações	Quando? (prazo mais preciso possível)	Quem? (instituições responsáveis pela execução)	Como? (primeiros passos para a implementação)	Financiamento (financiadores/parceiros de implementação)
1	Estabelecimento de parcerias público-privadas através da Confederação das Associações Económicas (CTA), para assegurar o contributo do sector privado no financiamento dos serviços de saúde em geral, incluindo HIV/DNT, oferecendo incentivos fiscais às empresas que possibilitem a oferta de serviços públicos de saúde.	Quarto trimestre de 2026	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança: <ul style="list-style-type: none"> ○ Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS) ○ Ministério da Saúde (MISAU) • Apoio: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sociedade Civil ○ CTA ○ Assembleia da República ○ Sindicatos dos trabalhadores ○ Autoridade Tributária 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de memorandos de entendimento entre o MISAU e CTA • Elaboração de proposta de lei junto ao Gabinete Parlamentar de Combate ao HIV 	<ul style="list-style-type: none"> • CTA (medicamentos, consumíveis e outros artigos de saúde a partir de 2026) • Empresas publicas e privadas
2	Reforçar a advocacia, através da sociedade civil, para o aumento do financiamento do HIV através do Orçamento do Estado.	Quarto trimestre de 2026	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sociedade Civil • Apoio : <ul style="list-style-type: none"> ○ CNCS ○ Ministério das Finanças ○ Ministério da Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de contacto com o Gabinete Parlamentar de Combate ao HIV 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento do Estado

3	Mapear os investimentos existentes dos diferentes doadores no sector da saúde e identificar duplicações para desenvolver um pacote essencial de serviços de prevenção, cuidados e tratamento do HIV, priorizando o financiamento para áreas-chave.	Terceiro trimestre de 2025	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança : <ul style="list-style-type: none"> ○ MISAU ○ CNCS • Apoio : <ul style="list-style-type: none"> ○ Doadores/Parceiros ○ Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de uma avaliação rápida para mapear investimentos e identificar duplicações 	<ul style="list-style-type: none"> • Doadores/parceiros
4	Estabelecer memorandos com transportadoras públicas e privadas para a inclusão dos medicamentos e artigos médicos em suas mercadorias.	Q4 2026	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança : <ul style="list-style-type: none"> ○ Ministério da Saúde ○ CNCS • Apoio : <ul style="list-style-type: none"> ○ DPS/SPS/CPCS ○ Ministério dos Transportes e Logística junto as suas Direcções/Delegações provinciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a proposta do Memorando de entendimento • Apresentar as diferentes partes interessadas 	Empresas públicas e privadas do ramo de transportes e logística
5	Reforçar a advocacia para financiamento das DNTs, visando a aquisição e manutenção de meios de diagnóstico e tratamento.	Quarto trimestre de 2026	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança : <ul style="list-style-type: none"> ○ MISAU ○ CNCS 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um caso de investimento para DNTs • Incluir as DNTs nos Grupos Técnicos Multissetoriais (GTM) • Unificar o fluxo de medicamentos HIV/DNTs e consumíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento do estado, WHO, Fundo Global, UNAIDS
<p>Nota: Todos os pontos acima propostos devem ser regulamentados por legislação específica para garantir a sua plena implementação por todas as partes envolvidas.</p>					

Questão 2: Que estratégias sustentáveis e intersectoriais podem ser implementadas para alcançar raparigas adolescentes e mulheres jovens com serviços de prevenção e cuidados relacionados ao HIV?

Nº	Recomendações	Quando? (prazo mais preciso possível)	Quem? (instituições responsáveis pela execução)	Como? (primeiros passos para a implementação)	Financiamento (financiadores/parceiros de implementação)
1	<p>Expandir os Serviços de Atendimento Amigo dos Jovens (SAAJ):</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar SAAJ alternativos em Unidades Sanitárias sem serviços específicos, com horários e dias adaptados ao atendimento de adolescentes e jovens. Estabelecer SAAJ escolares em escolas secundárias, institutos técnicos, institutos superiores e universidades. 	Fim do ano 2025	<ul style="list-style-type: none"> MISAU - Programa Nacional de Saúde Escolar, Adolescentes e Jovens (PNSEAJ) Ministério de Educação e Cultura (MEC) 	<ul style="list-style-type: none"> Formação em serviço nas Unidades Sanitárias ou virtual, com base em pacotes já existentes. Reabilitação e apetrechamento de espaços nas escolas. Operacionalização do Plano Operacional existente. 	Orçamento do Estado
2	<p>Realizar encontros, palestras, debates e disseminar mensagens por meio de plataformas de comunicação com o objectivo de empoderar pais, cuidadores e encarregados de educação na orientação de adolescentes sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos (SSRD), bem como na criação de demanda pelos serviços SAAJ.</p>	Trimestres 1 - 4 de 2026	<ul style="list-style-type: none"> MISAU MEC Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) Ministério da Justiça e Assuntos Religiosos Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Organização de reuniões escolares, debates e palestras em diversos espaços comunitários e nas plataformas de comunicação (rádio, TV, redes sociais). Coordenação com líderes religiosos. 	Financiamento para custos indirectos Parcerias público-privadas

3	Capacitação de líderes comunitários, religiosos e matronas para reforçar o ensino de conteúdos de SSRD durante os ritos de iniciação.	Trimestres 1 – 4 de 2026	<ul style="list-style-type: none"> • MISAU • MEC • MGCAS • Ministério da Justiça e Assuntos Religiosos • Governos Provinciais • Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos intervenientes nos ritos de iniciação. • Sensibilização e capacitação de líderes e demais envolvidos. 	Financiamento para custos indirectos Parcerias público-privadas
4	Desenvolver estratégias de comunicação adaptadas a diferentes contextos (rural, urbano), com uso de rádios comunitárias e redes sociais para disseminar mensagens sobre SSR, higiene menstrual, prevenção do HIV, entre outros, em parceria com empresas privadas (ex.: VODACOM, mCel, TVM, rádios), influenciadores, músicos e desportistas.	Trimestres 1 – 4 de 2026	<ul style="list-style-type: none"> • MISAU • Instituto de Comunicação Social • MEC • Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE) • Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de mensagens temáticas nos Grupos Técnicos. • Desenvolvimento de memorandos de entendimento entre os diferentes sectores envolvidos. 	Financiamento para custos indirectos Parcerias público-privadas
5	Inclusão da componente de SSRD no currículo da formação de professores. Atribuição de estudantes de Psicologia/Psicopedagogia às escolas para prestação de apoio psicossocial, utilizando a escola como campo de estágio.	Trimestres 1 – 4 de 2026	<ul style="list-style-type: none"> • MEC • MISAU • Ministério da Ciência e Tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do conteúdo de formação a ser incluído no currículo de professores. • Criação de memorando de entendimento entre instituições envolvidas. 	Financiamento específico (a definir)
6	Reforçar a advocacia para garantir que a prevenção combinada continue a ser priorizada para adolescentes e jovens.	Fim do ano 2025	MISAU, Sociedade Civil	O MISAU deverá apresentar esta prioridade ao Governo nas suas estratégias de mobilização de financiamento interno e externo.	Parcerias público-privadas e financiamento externo

Questão 3: Como os serviços integrados de HIV e DNT podem ser concebidos e implementados para promover a sustentabilidade a longo prazo e fortalecer o sistema de saúde como um todo?

Nº	Recomendações	Quando? (prazo mais preciso possível)	Quem? (instituições responsáveis pela execução)	Como? (primeiros passos para a implementação)	Financiamento (financiadores/parceiros de implementação)
1	Elaborar directrizes para a integração dos serviços de HIV, doenças não transmissíveis (DNTs) e outras comorbilidades (doenças respiratórias, cancro, saúde mental, entre outras).	Até Agosto de 2026	Liderança: <ul style="list-style-type: none"> MISAU (Programa de DNTs) Apoio: <ul style="list-style-type: none"> Parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Grupo Técnico Integrado (GT) Revisão documental Auscultação dos utentes. 	Não aplicável
2	Finalizar e implementar, de forma faseada, o guião para oferta de serviços integrados de HIV e DNTs (hipertensão arterial e diabetes mellitus) nos Cuidados de Saúde Primários em todas as Unidades Sanitárias que oferecem TARV.	Setembro de 2026	Liderança: <ul style="list-style-type: none"> MISAU (GT Integrado) Apoio: <ul style="list-style-type: none"> Parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar encontros do GT Validação da proposta de modelo operacional Piloto em duas províncias Revisão do guião com base em evidências 	Orçamento do Estado, PEPFAR, Banco Mundial
3	Finalizar as normas de manejo clínico das DNTs de acordo com o nível de atendimento e desenvolver instrumentos integrados de monitoria e avaliação.	Até Setembro 2025	Liderança: <ul style="list-style-type: none"> MISAU (GT Integrado) Apoio: <ul style="list-style-type: none"> Parceiros 	Realização de encontros do Grupo Técnico e de Monitoria e Avaliação	Orçamento do Estado

4	<p>Capacitar os profissionais de saúde que prestam serviços de HIV e DNTs no manejo integrado, incluindo fluxos clínicos, apoio psicossocial (APSS), laboratório, farmácia e nutrição.</p>	Junho de 2026	<p>Liderança:</p> <ul style="list-style-type: none"> MISAU (GT Integrado e Monitoria e Avaliação) <p>Apoio:</p> <ul style="list-style-type: none"> Parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> Organização de formações lideradas pelos Grupos Técnicos para profissionais a nível provincial e distrital (formações online). Formação em serviço nas Unidades Sanitárias Integração e realização de supervisões formativas e distribuição de materiais. 	OMS, MISAU, Fundo Global (FG), UNAIDS
---	--	---------------	--	---	---------------------------------------

Questão 4: Como os sistemas comunitários e organizações da sociedade civil podem ser bem capacitados para liderar e sustentar a resposta ao HIV conduzida localmente?

Nº	Recomendações	Quando? (prazo mais preciso possível)	Quem? (instituições responsáveis pela execução)	Como? (primeiros passos para a implementação)	Financiamento (financiadores/p arceiros de implementação)	Observações
1	Realizar o mapeamento das organizações baseadas na comunidade (OBCs) e das estruturas comunitárias relevantes existentes a todos os níveis, incluindo número de organizações, áreas de atuação e grupos-alvo (ex.: organizações com foco em Saúde, Educação e Juventude).	Dezembro de 2025	CNCS e Plataforma da Sociedade Civil para Saúde e Direitos Humanos em Moçambique (PLASOC-M)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de um instrumento padronizado de mapeamento (base de dados). 2. Identificação das organizações existentes nas comunidades. 	Não aplicável	A PLASOC-M iniciou um projecto piloto para testar a base de dados. Há necessidade de rever o instrumento, o alcance da recolha de dados e expandir o mapeamento a nível nacional, incluindo a categorização das organizações.
2	Avaliar as capacidades das OBCs e estruturas comunitárias relevantes existentes a todos os níveis, nos seguintes domínios: <ol style="list-style-type: none"> 1. Técnico 2. Operacional/ Gestão 3. Governação Interna 	Dezembro de 2025	CNCS, PLASOC-M e MISAU	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de instrumentos de avaliação técnica, operacional e de governança interna. 2. Partilha dos instrumentos com representantes dos diferentes níveis (provincial e distrital). 	Não aplicável	As organizações devem partilhar os seus organogramas, estatutos, actas das assembleias, entre outros documentos relevantes.

3	Desenvolver o pacote e o plano de capacitação técnica e operacional para as OBCs.	Março de 2026	Grupo Técnico (MISAU, CNCS e PLASOC-M)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de encontros semanais do grupo técnico para elaboração e harmonização do pacote; 2. Finalização do plano de capacitação; 3. Incorporação do pacote de formação em plataformas digitais. 	Orçamento do Estado/ Sector Privado/ Outros	O pacote deve responder às lacunas identificadas nas OBCs.
4	Capacitação das organizações da sociedade civil pré-selecionadas.	Junho de 2026	MISAU, CNCS e PLASOC-M	Formação em cascata, em formato híbrido (níveis provincial, distrital e das Unidades Sanitárias).	Orçamento do Estado/ Sector Privado/ Outros	
5	Estabelecer a metodologia de implementação técnica e financeira.	Junho de 2026	MISAU e CNCS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração dos instrumentos de monitoria da implementação técnica e financeira das actividades. 2. Avaliação e seleção final das organizações. 3. Definição de um calendário de monitoria da implementação. 	Orçamento do Estado/ Sector Privado/ Outros	

Questão 5: Quais mecanismos podem ser estabelecidos para acelerar a tradução de evidências e avanços científicos em políticas e programas sustentáveis e acionáveis para o HIV no nosso país?

Nº	Recomendações	Quando? (prazo mais preciso possível)	Quem? (instituições responsáveis pela execução)	Como? (primeiros passos para a implementação)	Financiamento (financiadores/ parceiros de implementação)	Observações
1	<p>Coordenação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Integração da componente pesquisa programática na Unidade de M&A da Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP). Usando recursos humanos existentes Este deve apoiar a focalização/prioritização da implementação da agenda nacional de pesquisa em HIV, com vista a usar os resultados na melhoria da implementação de programas. 	curto prazo (até o fim de 2025)	MISAU, INS, CNCS, Parceiros Locais e Internacionais, Universidades locais e internacionais, DPS/SPS	<ul style="list-style-type: none"> Realizar uma avaliação situacional da capacidade actual da Unidade de Monitoria e Avaliação (M&A) dentro da DNSP para identificar competências disponíveis, lacunas e o alinhamento com a agenda nacional de pesquisa sobre HIV. Envolver as partes interessadas-chave para construir consenso sobre a integração da pesquisa na M&A e assegurar que a agenda reflita as prioridades programáticas. Definir a estrutura organizacional, designando um ponto 	Neste momento, não são necessário fundos adicionais para este actividade	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os resultados das pesquisas realizadas estejam disponíveis para utilização geral. É necessário uma coordenação para a gestão de evidências programáticas que possa ajudar na disponibilização de informação e na criação de evidencia políticas.

				<p>focal para pesquisa e clarificando papéis e responsabilidades dentro da unidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um processo claro para traduzir os resultados de pesquisa em recomendações accionáveis, com ciclos regulares de retro-informação para informar a planificação e a implementação dos programas. • Desenvolver um quadro de monitoria simples para acompanhar o processo de integração, medir o uso da pesquisa na tomada de decisões e garantir a responsabilização ao longo do tempo. 		
2	<p>Produção Acelerada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Flexibilizar, usando as plataformas virtuais existentes (Observatório nacional,), a disponibilidade de base de 	curto prazo (até o fim de 2025)	MISAU, INS, CNCS, Parceiros Locais e Internacionais, Universidades locais e	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os mecanismos de acesso as bases de dados virtuais • Actualizar as plataformas, com as bases de dados 	Neste momento, não são necessário fundos adicionais para este actividade	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos dados existentes (secundários e bases de dados de pesquisas) no país, através de avaliações programáticas.

	dados secundários (MozART, SIS-MA, SIS-TB) ao público		internacionais, DPS/SPS			<ul style="list-style-type: none"> Um exemplo é o MozART, que consiste numa base de dados longitudinal de todas as pessoas em TARV nas US com SESP. Priorizar as pesquisas que podem contribuir para melhoria do programa.
3	<p>Implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de um mecanismo para assegurar que novas evidências possam ser integradas na tomada de decisões. Ex: Mediante simpósios pós-conferências internacionais ou nacionais, Dia aberto de pesquisas, relatório com principais recomendações e lições aprendidas 	medio prazo (até o Junho, 2026)	MISAU, INS, CNCS	<ul style="list-style-type: none"> A Unidade de M&A e Pesquisa (UMAP), terá de identificar em que momento estas apresentações/discussões poderão ocorrer. Caso não existam oportunidades atuais, UMAP pode organizar simpósios pós-conferências internacionais ou nacionais onde tal possa acontecer. 	por analisar	<ul style="list-style-type: none"> Existe uma lacunas entre os resultados da investigação e as orientações programáticas. Existem muitas "provas" que não estão incluídas em políticas ou programas nacionais. Falta de recomendações práticas sobre os resultados das pesquisas.

ⁱ A IAS Educational Fund é apoiada por subsídios educacionais independentes da Gilead Sciences, MSD e ViiV Healthcare. Os financiadores não estiveram envolvidos no desenvolvimento do conteúdo ou na seleção do corpo docente para esta atividade educacional.